

Dívida externa cresce quase 48% nos oito anos de FHC

De Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso entregará a seu sucessor o comando de um país com uma dívida externa maior do que a existente quando ele assumiu. Na véspera da primeira posse de FHC, em 31 de dezembro de 1994, o Brasil devia a credores externos US\$ 148,295 bilhões, segundo números do Banco Central. Em junho deste ano, último dado disponível, a dívida externa brasileira alcançava US\$ 219,038 bilhões. O crescimento da dívida, de quase 48%, no governo FHC concentrou-se todo durante o primeiro mandato.

Ao final de 1998, o estoque de obrigações referentes a empréstimos e financiamentos externos era de US\$ 223,79 bilhões. Nos últimos quatro anos, portanto, a dívida foi liquidamente amortizada. O conceito de dívida exter-

na adotado pelo BC deixa de fora as obrigações referentes a empréstimos intercompanhias, ou seja, de matrizes no exterior para empresas filiais no país, classificados como passivo de investimento estrangeiro direto, cujo estoque era de US\$ 16,77 bilhões em junho.

O setor privado, responsável por US\$ 114,407 bilhões da dívida total no final de junho deste ano, tem enfrentado dificuldades para captar dinheiro novo no exterior. Tanto que, em relação ao final do ano passado, quando estava em R\$ 118,552 bilhões, a dívida externa privada caiu. A escassez de oferta pode fazer com que a dívida externa privada caia ainda mais até dezembro.

Ainda assim, por causa do empréstimo novo do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao setor público, dificilmente a dívida externa total do Brasil encerrará o

ano em patamar inferior ao de junho. Dos US\$ 30 bilhões previstos no novo acordo com o fundo, US\$ 6 bilhões estão sendo liberados neste segundo semestre.

No final de junho, antes portanto do novo acordo, o setor público respondia por US\$ 104,631 bilhões da dívida externa total, sendo as suas obrigações quase todas de médio e longo prazos, ou seja, contratadas para vencimento em prazo superior a um ano. A dívida pública externa de curto prazo (até um ano) limitava-se a US\$ 173 milhões em junho. Já a dívida de curto prazo de responsabilidade privada era de US\$ 30,056 bilhões ao final do primeiro semestre.

O BC inclui no conceito de dívida privada as captações externas de todos os bancos, inclusive os de controle estatal, uma vez que as instituições financeiras normalmente são meras inter-

mediárias e repassam o dinheiro para empresas dentro do país, em operações atreladas à variação cambial. Portanto, quando se refere à dívida privada, o BC considera a dívida tomada pelas empresas e bancos privados em geral e também pelo setor público financeiro. Já os passivos das empresas estatais não-financeiras, como a Petrobras, são considerados como dívida do setor público, junto com as dívidas dos governos.

De acordo com esses critérios, mais da metade da dívida externa brasileira ainda era de responsabilidade privada no final de junho deste ano: 52,23%. Mas o percentual caiu no segundo governo de FHC. Ao final de seu primeiro mandato, em dezembro de 1998, o setor privado respondia por 57,38% da dívida externa total.

No final de 1994, a participação do setor privado no endivi-

damento externo era de apenas 36,3%. A centralização de câmbio imposta na década de 80, quando o governo impediu as empresas de remeter dólar ao exterior para pagar suas dívidas, fez com que débitos antes privados se transformassem em dívida externa pública. Neste processo, a moeda nacional que deveria ser usada pelas empresas para comprar dólares e pagar a dívida externa teve que ser entregue ao governo, que, diante da escassez de moeda estrangeira para pagar tudo, preferiu dar o calote.

Ao mesmo tempo em que transformou dívida privada em pública, o calote ainda fechou as portas do mercado internacional para novas captações pelas empresas brasileiras durante muitos anos, razão pela qual o percentual de participação privada era baixo até 1994.

Em 1994, depois de anos de

negociações, o governo brasileiro conseguiu um acordo de reestruturação de sua dívida externa, o que reabriu o mercado para novas captações a partir de 1995. Em função disso a participação privada na dívida externa voltou a crescer, chegando a 57,38% no final de 1998. A queda verificada a partir daí é reflexo da crise de confiança que voltou a dificultar captações privadas e levou o governo Fernando Henrique a recorrer ao FMI.

Foram dois acordos, um no final de 1998 e outro recentemente, em setembro. Associadas à dificuldade das empresas obter crédito novo, as liberações do dinheiro do FMI fizeram crescer de novo a participação do setor público na dívida externa total no segundo mandato de FHC. Apesar disso, o percentual de responsabilidade privada ainda é significativo. (MI)